

- PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ - DIPAR - CEIS.pdf(~3.7 MB)

Boa tarde, Bruna!

A consulta do CEIS e CNEP está expressa no nosso edital no item 11:

11. VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS NO CEIS E CNEP

11.1. Tão logo o Município tenha conhecimento fornecedor interessado em participar do certame, será verificada a existência de sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros mantidos pela [Controladoria-Geral da União \(CGU\)](#):

- a) [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(CEIS\)](#);
- b) [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(CNEP\)](#).

11.2. A consulta será feita no seguinte link: <https://certidoes.cgu.gov.br/>

11.3. A consulta aos cadastros acima referidos **será realizada em nome do fornecedor e também de seu sócio majoritário**, por força do [art. 12 da Lei nº 8.429/1992](#) (*Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências*).

11.4. A verificação visa coibir o disposto no [art. 337-M do Código Penal](#)¹.

As súmulas que vc utilizou para embasamento, são da Lei 8.666/93, revogada desde 31/12/2023. A conferência do CEIS e CNEP (que está expressa no nosso edital, item 11, como já falado) cumpre o artigo 91 da Lei 14.133/2021 (Lei vigente das Licitações):

Art. 91. § 4º Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

Também visa cumprir o **art. 337-M do Código Penal**, atualizado pela Lei 14.133/2021

Art. 337-M. Admitir à licitação empresa ou profissional declarado inidôneo: *(Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)*

Pena - reclusão, de 1 (um) ano a 3 (três) anos, e multa. *(Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)*

§ 1º Celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo: *(Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)*

Pena - reclusão, de 3 (três) anos a 6 (seis) anos, e multa. *(Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)*

§ 2º Incide na mesma pena do caput deste artigo aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de licitação e, na mesma pena do § 1º deste artigo, aquele que, declarado inidôneo, venha a contratar com a Administração Pública. *(Incluído pela Lei nº 14.133, de 2021)*

Com isso, peço que se atentem que na sanção dada por Ronda Alta, aplica-se a TODOS OS MUNICÍPIOS E TOTAIS AS ESFERAS:

Data da consulta: 25/03/2024 16:11:51

Data da última atualização: 03/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 03/2024 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Le 03/2024 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM) , 03/2024 (Diário Oficial da União - CEAF) , 03/2024 (Sistema Integrado do CEIS/CNEP - CNEP)

EMPRESA OU PESSOA SANCIONADA

Cadastro da Receita

DIPAR FERRAGENS LTDA - 16.868.674/0001-42

[CLIQUE AQUI PARA SABER MAIS SOBRE ESSA EMPRESA](#)

Nome informado pelo Órgão sancionador

DIPAR FERRAGENS EIRELI

Nome Fantasia

DIPAR FERRAGENS

DETALHAMENTO DA SANÇÃO

Cadastro

CEIS

Categoria da sanção

IMPEDIMENTO/PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM PRAZO DETERMINADO

Data de início da sanção

24/03/2023

Data de fim da sanção

24/03/2025

Data de publicação da sanção

14/03/2023

Publicação

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO SEÇÃO 1
PAGINA 1

Detalhamento do meio de publicação

Data do trânsito em julgado

14/03/2023

Número do processo

096/2022

Número do contrato

186/2021

Abrangência da sanção

TODAS AS ESFERAS EM TODOS OS PODERES

Observações

ÓRGÃO SANCIONADOR

Nome

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA - RS

Complemento do órgão sancionador

UF do órgão sancionador

RS

Ao meu ver, parece má-fé, ou uma clara desinformação das leis em vigor, por parte da licitante, ao tentar ludibriar esta Pregoeira, pois claramente não há argumentos.

Ainda assim, passarei o Recurso para para que o Assessor Jurídico faça a análise e consideração em seu parecer final.

Atenciosamente,

Maria Gabriela Sauer
Pregoeira
Prefeitura de Águas de Chapecó/SC

----- Mensagem original -----

Assunto:ENC: Recurso referente a inabilitação no PE 30/2024

Data:25-03-2024 15:38

De:"Compras - Aguas de Chapeco" <compras@aguasdechapeco.sc.gov.br>

Para:<licitacoes2@aguasdechapeco.sc.gov.br>

Att.
Daiara Eichelberger
Chefe de Setor Compras e Licitações
Poder Executivo Municipal
Águas de Chapecó/SC



De: Dipar <juridico.dipar@gmail.com>
Enviada em: segunda-feira, 25 de março de 2024 15:02
Para: compras@aguasdechapeco.sc.gov.br
Assunto: Recurso referente a inabilitação no PE 30/2024

Boa tarde,
Segue abaixo Recurso referente a inabilitação no PE 30/2024 que ocorreu nesta tarde de 25/03/2024.

BRUNA BRASSANELA

CNPJ: 16.868.674/0001-42
IE.: 039/0162078
Rua Abílio Lotário Machry, 437 - Bairro Lot. Anzanello
CEP: 99700-010 - Erechim/RS
Telefone: (54) 98432-6813
E-mail: juridico.dipar@gmail.com





DIPAR FERRAGENS LTDA

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ

Divisão de Compras e Licitações

Pregão eletrônico nº 30/2024

DIPAR FERRAGENS LTDA, CNPJ nº 16.868.674/0001-42, com sede na Rua Abílio Lotário Machry, nº 437, na Cidade de Erechim/RS, neste ato por sua representante legal **Sra. PATRICIA PAULA ANDRETTA ARCARI**, vem, perante Vossa Senhoria, apresentar **RECURSO** em face de sua inabilitação no pregão supramencionado.

A recorrente logrou êxito no item 5, na sessão online, que ocorreu em 25 de março de 2024. No momento do pregão fomos informados de que havíamos sido inabilitados. Instruídos a apresentar as razões de recurso no prazo de três dias após a sessão, apresentamos o presente documento. Conforme podemos visualizar a inabilitação se deu devido ao descumprimento ao item **11** do edital:

Sistema 25/03/2024 13:56:21 Motivo: A empresa **DIPAR FERRAGENS LTDA** consta com inidônea com uma punição de estar impedida de contratar com todas as esferas da Administração até 25/03/2025.

Sistema 25/03/2024 14:34:29 Justificativa: A consulta do CEIS, que consta no item 11 do edital, é bem clara e realizada na data de hoje. No nosso entendimento, não há possibilidade de aceitação da participação no certame pela sanção abranger todos as esferas e todos os poderes.

Há muitos anos trabalhamos com licitações, e o edital deve trazer esta informação expressamente. Tanto é que participamos normalmente de diversas licitações que não trazem a consulta ao CEIS, tendo êxito em inúmeros pregões, conforme extratos em anexo. Isso quer

CNPJ 16.868.674/0001-42

IE 039/0162078

Rua Abilio Lotario Machry nº 437 - Loteamento Anzanello – Erechim/RS - CEP: 99705-174

Telefone: (54) 98432-6813

E-mail: juridico.dipar@gmail.com



DIPAR FERRAGENS LTDA

dizer que **não estamos agindo de má-fé ou contra os princípios administrativos.**

Com as devidas vênias, entendemos ser totalmente incabível a inabilitação da nossa empresa. O entendimento do MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ - SC não se coaduna com o entendimento majoritário vigente, tampouco com o posicionamento do TCU quanto ao tema. O Estado de São Paulo editou a Súmula 51 sobre o tema¹, senão veja-se:

SÚMULA Nº 51 A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (artigo 87, IV da Lei nº8.666/93) tem seus efeitos jurídicos estendidos a todos os órgãos da Administração Pública, ao passo que, nos casos de impedimento e suspensão de licitar e contratar (artigo 87, III da Lei nº8.666/93 e artigo 7º da Lei nº 10.520/02), a medida repressiva se restringe à esfera de governo do órgão sancionador.

Ao Tribunal de Contas da União, que é o órgão de fiscalização do governo federal e acompanha a execução fiscal e orçamentária do país, também foram incumbidas algumas competências no que tange à Lei 8.666/1993, em seu Art. 113:

[...] O controle das despesas decorrentes dos contratos e demais instrumentos regidos por esta Lei será feito pelo Tribunal de Contas competente, na forma da legislação pertinente, ficando os órgãos interessados da Administração responsáveis pela demonstração da legalidade e regularidade da despesa e execução, nos termos da Constituição e sem prejuízo do sistema de controle interno nela previsto. § 1º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar ao Tribunal de Contas ou aos órgãos integrantes do sistema de controle interno contra irregularidades na aplicação desta Lei, para os fins do disposto neste artigo [...]

CNPJ 16.868.674/0001-42

IE 039/0162078

Rua Abilio Lotario Machry nº 437 - Loteamento Anzanello – Erechim/RS - CEP: 99705-174

Telefone: (54) 98432-6813

E-mail: juridico.dipar@gmail.com



DIPAR FERRAGENS LTDA

O TCU tem o entendimento consolidado¹ de que, na aplicação da Lei 8.666/1993, a sanção de suspensão ou impedimento só pode abranger o órgão que a aplicou.

1. A sanção prevista no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93 produz efeitos apenas no âmbito do órgão ou entidade que a aplicou. Representação formulada por empresa apontou possíveis irregularidades na condução do Pregão Presencial nº 11/2011, promovido Prefeitura Municipal de Cambé/PR, que teve por objeto o fornecimento de medicamentos para serem distribuídos nas Unidades Básicas de Saúde e na Farmácia Municipal. Entre as questões avaliadas nesse processo, destaque-se a exclusão de empresas do certame, em razão de terem sido apenadas com a sanção do art. 87, III, da Lei nº 8.666/93 por outros órgãos e entidades públicos. Passou-se, em seguimento de votação, a discutir o alcance que se deve conferir às sanções estipuladas nesse comando normativo ("suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração"). O relator, Ministro Ubiratan Aguiar, anotara que a jurisprudência do Tribunal havia-se firmado no sentido de que a referida sanção restringia-se ao órgão ou entidade que aplica a punição. A sanção prevista no inciso IV do mesmo artigo, relativa à declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, produziria efeitos para os órgãos e entidades das três esferas de governo. O relator, a despeito disso, ancorado em precedente revelado por meio do Acórdão nº 2.218/2011-1ª Câmara, de relatoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues, e na jurisprudência do dominante do STJ, encampou o entendimento de que a sanção do inciso III do art. 87 também deveria produzir efeitos para as três esferas de governo. O primeiro revisor, Min. José Jorge, sustentou a necessidade de se reconhecer a distinção entre as sanções dos incisos III e IV, em função da gravidade da infração cometida. Pugnou, ainda, pela modificação da jurisprudência do TCU, a fim de se considerar que "a sociedade apenada com base no art. 87, III, da Lei nº 8.666/93, por órgão/entidade municipal, não poderá participar de licitação, tampouco ser contratada, para a execução de objeto demandado por qualquer ente público do respectivo município". O segundo revisor, Min. Raimundo Carreiro, por sua vez, ao investigar o significado das expressões "Administração" e "Administração Pública" contidos nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/1993, respectivamente, assim se manifestou: "Consoante se lê dos incisos XI e XII do art. 6º da Lei nº 8.666/93, os conceitos definidos pelo legislador para 'Administração Pública' e para 'Administração' são distintos, sendo o primeiro mais amplo do que o segundo. Desse modo,

CNPJ 16.868.674/0001-42

IE 039/0162078

Rua Abilio Lotario Machry nº 437 - Loteamento Anzanello – Erechim/RS - CEP: 99705-174

Telefone: (54) 98432-6813

E-mail: juridico.dipar@gmail.com



DIPAR FERRAGENS LTDA

não creio que haja espaço hermenêutico tão extenso quanto tem sustentado o Superior Tribunal de

Justiça nos precedentes citados no voto do relator no que concerne ao alcance da sanção prevista no inciso III do art. 87". Mencionou, também, doutrinadores que, como ele, privilegiam a interpretação restritiva a ser emprestada a esse comando normativo. Ressaltou, ainda, que as sanções dos incisos III e IV do art. 87 da multicitada lei "guardam um distinto grau de intensidade da sanção", mas que "referidos dispositivos não especificaram as hipóteses de cabimento de uma e de outra sanção ...". Segundo ele, não se poderia, diante desse panorama normativo, admitir que o alcance de ambas sanções seria o mesmo. Chamou atenção para o fato de que "a sanção prevista no inciso III do art. 87 é aplicada pelo gestor do órgão contratante ao passo que a sanção do inciso IV é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso". E arrematou: " ... para a sanção de maior alcance o legislador exigiu também maior rigor para a sua aplicação, ao submetê-la à apreciação do titular da respectiva pasta de governo". Acrescentou que a sanção do inciso III do art. 87 da Lei de Licitações não poderia ter alcance maior que o da declaração de inidoneidade pelo TCU (art. 46 da Lei nº 8.443/1992). Por fim, invocou o disposto no inciso XII do art. 6º da Lei de Licitações, que definiu "Administração" como sendo "órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente", para refutar a proposta do primeiro revisor, acima destacada. O Tribunal, então, ao aprovar, por maioria, a tese do segundo revisor, Min. Raimundo Carreiro, decidiu: **"9.2. determinar à Prefeitura Municipal de Cambé/PR que nas contratações efetuadas com recursos federais observe que a sanção prevista no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93 produz efeitos apenas em relação ao órgão ou entidade contratante"**. Acórdão nº 3243/2012-Plenário, TC-013.294/2011-3, redator Ministro Raimundo Carreiro, 28.11.2012. (grifo nosso).

A licitante possui uma penalidade de impedimento com a Prefeitura de Ronda Alta

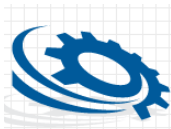
CNPJ 16.868.674/0001-42

IE 039/0162078

Rua Abilio Lotario Machry nº 437 - Loteamento Anzanello – Erechim/RS - CEP: 99705-174

Telefone: (54) 98432-6813

E-mail: juridico.dipar@gmail.com



DIPAR FERRAGENS LTDA

EMPRESA OU PESSOA SANCIONADA

Cadastro da Receita
DIPAR FERRAGENS LTDA - 16.868.674/0001-42
CLIQUE AQUI PARA SABER MAIS SOBRE ESSA EMPRESA

Nome informado pelo Órgão sancionador
DIPAR FERRAGENS EIRELI

Nome Fantasia
DIPAR FERRAGENS

DETALHAMENTO DA SANÇÃO

Cadastro CEIS	Categoria da sanção IMPEDIMENTO/PROIBIÇÃO DE CONTRATAR COM PRAZO DETERMINADO		
Data de início da sanção 24/03/2023	Data de fim da sanção 24/03/2025		
Data de publicação da sanção 14/03/2023	Publicação DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO SEÇÃO 1 PÁGINA 1	Detalhamento do meio de publicação	Data do trânsito em julgado 14/03/2023
Número do processo 096/2022	Número do contrato 186/2021	Abrangência definida em decisão judicial TODAS AS ESFERAS EM TODOS OS PODERES	Observações

ÓRGÃO SANCIONADOR

Nome
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDA ALTA - RS

Complemento do órgão sancionador

UF do órgão sancionador

Fundamento legal

LEI 8666 - ART. 77 - A INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTRATO ENSEJA A SUA RESCISÃO, COM AS CONSEQUÊNCIAS CONTRATUAIS E AS PREVISTAS EM LEI OU REGULAMENTO.
LEI 8666 - ART. 87, III - PELA INEXECUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTRATO A ADMINISTRAÇÃO PODERÁ, GARANTIDA A PRÉVIA DEFESA, APLICAR AO CONTRATADO AS SEGUINTE SANÇÕES: III - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, POR PRAZO NÃO SUPERIOR A 2 (DOIS) ANOS;

Ativo
Acesso

Tal penalidade se deu em razão da falta de entrega de três itens. Recebemos um empenho com 25 itens, e três realmente enfrentamos muita dificuldade de encontrar e comprar, na época, em função da oscilação de preços ocasionada pela Covid 19. Tentamos recorrer, justificamos ao órgão a impossibilidade de aquisição dos materiais, entretanto o órgão entendeu não ser mais cabível a resolução da falta de entrega senão pela aplicação da penalidade.

Diante disso há em que se ressaltar que a empresa não deve ser penalizada pois a aplicabilidade das sanções se dá somente no ente público o qual a empresa não conseguiu efetuar a entrega por motivos de força maior, e cabe ainda informar que a aplicabilidade da inabilitação deixa a entender que o ente classifica nossa empresa como inidônea e cabe salientar que tal decisão não pode se assemelhar à declaração de inidoneidade. De acordo com jurisprudências do TCU, a produção de efeitos da sanção será somente no âmbito do município, não ultrapassando essa barreira e migrando

CNPJ 16.868.674/0001-42

IE 039/0162078

Rua Abilio Lotario Machry nº 437 - Loteamento Anzanello – Erechim/RS - CEP: 99705-174

Telefone: (54) 98432-6813

E-mail: juridico.dipar@gmail.com



DIPAR FERRAGENS LTDA

para outros órgãos públicos, deste modo a presente empresa possui todos os requisitos para ser habilitada.

Jurisprudência do TCU Acórdão: 1017/2013 – Plenário Enunciado: A sanção prevista no art. 87, inciso III, da Lei 8.666/1993 (suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração) tem aplicação restrita ao órgão ou entidade que a cominou.

Acórdão: 1003/2015 – Plenário Enunciado: A sanção de impedimento para licitar e contratar prevista art. 87, inciso III, da Lei 8.666/1993 produz efeitos apenas em relação ao órgão ou entidade sancionadores, enquanto que aquela prevista no art. 7º da Lei 10.520/2002 produz efeitos apenas no âmbito interno do ente federativo que a aplicar.

Anexamos, outrossim, pareceres de outros municípios que corroboram com todo o exposto.

Isto posto, requer:

O recebimento do presente recurso e revogação da decisão que inabilitou a empresa, tornando a habilitada nos itens inicialmente ganhos.

Nestes termos,

Deferimento.

Erechim, 25 de março de 2024.

PATRÍCIA PAULA ANDRETTA ARCARI

Representante legal

CPF 978.951.560-04

CNPJ 16.868.674/0001-42

IE 039/0162078

Rua Abilio Lotario Machry nº 437 - Loteamento Anzanello – Erechim/RS - CEP: 99705-174

Telefone: (54) 98432-6813

E-mail: juridico.dipar@gmail.com



DIPAR FERRAGENS LTDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS

Extrato Licitação

Orgão	Secretaria	Modalidade da Licitação		
PREFEITURA DE GUARULHOS	DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	PREGÃO ELETRÔNICO		
Nº Licitação	Ano Licitação	Nº P.A.	Ano P.A.	Sigla P.A.
239	23	10533	23	DLC
Descrição	Objeto			
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 239/23-DLC PA N.º 10533/23	aquisição de andaime tubular			
Abertura da Licitação	Abertura das Propostas	Início da Disputa de Preço	Status	
26/05/2023 08:30	26/05/2023 08:30	26/05/2023 09:30	Homologada / Adjudicada	

[PE239-23.pdf](#)

Ganhador(es) da Licitação

Fornecedor: DIPAR FERRAGENS LTDA.
Valor: R\$ 3.199,00
Lote:01

Contrato(s) Firmado(s)

<https://licitacoes.guarulhos.sp.gov.br/todaslicitacoes/ExtratoLicitacaoPublico.php?idLic=5597>


CNPJ 16.868.674/0001-42
IE 039/0162078

Rua Abilio Lotario Machry nº 437 - Loteamento Anzanello – Erechim/RS - CEP: 99705-174
Telefone: (54) 98432-6813
E-mail: juridico.dipar@gmail.com



DIPAR FERRAGENS LTDA

Licitações

Licitação [n° 1002157]  Opções ▾

Ciente	SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTOS DE MOGI MIRIM-S / (3) SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO		
Pregoeiro	MORGANA SILVIA DE SOUZA ROCHA CAMPOS		
Resumo da licitação	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE SERRALHERIA/CALDEIRARIA, PARA UTILIZAÇÃO PELA EQUIPE DE MANUTENÇÃO DO SAAE, PARA REPOSIÇÃO DE ESTOQUE DO ALMOXARIFADO DO SAAE, DEVENDO ATENDER AS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.		
Edital	033/2023	Processo	026/2023
Modalidade/tipo	Pregão	Tipo	Menor preço
Participação do fornecedor	Ampla	Prazo para impugnação até	3 dia(s)
Situação da licitação	Disputa encerrada	Data de publicação	20/05/2023
Início acolhimento de propostas	01/06/2023-08:00	Limite acolhimento de propostas	02/06/2023-08:00
Abertura das propostas	02/06/2023-08:00	Data e a hora da disputa	02/06/2023-09:00
Idioma da licitação	Português	Moeda da licitação	(R\$) Real
Abrangência da disputa	Nacional	Moeda da proposta	Moeda da licitação
Forma de condução	Eletrônico	Equalização ICMS	Não
Tipo de encerramento da disputa	Randômico		

CNPJ 16.868.674/0001-42

IE 039/0162078

Rua Abilio Lotario Machry nº 437 - Loteamento Anzanello – Erechim/RS - CEP: 99705-174

Telefone: (54) 98432-6813

E-mail: juridico.dipar@gmail.com



DIPAR FERRAGENS LTDA

Lote [n° 4] ▾

ocultar demais lotes  Opções ▾

Resumo do lote	BARRA TREFILADA REDONDA EM AÇO CARBONO		
Tratamento aplicado	Com participação exclusiva para ME/EPP/COOP ME/EPP/COOP		
Tipo de disputa	Decreto N° 10.024 - Modo de disputa aberto e fechado	Critério de seleção	Todas as propostas
Situação do lote	Arrematado	Data e o horário	02/06/2023-09:53:26:180
Tempo mínimo lances intermediários	5 segundo(s)	Tempo mínimo cobrir melhor oferta	5 segundo(s)
Tempo de disputa sessão pública	15 minutos	Tempo aleatório de disputa	0 - 10 minutos
Intervalo mínimo diferença de valores	R\$ 0,01	Valor mínimo cobrir melhor oferta	R\$ 0,01
Valor estimado do lote	R\$ 25.570,00		
CNPJ	16.868.674/0001-42		
Fornecedor	DIPAR FERRAGENS LTDA		
Telefone	(54) 984326813		
Nome contato	PATRÍCIA ARCARI		
Arrematado	R\$ 8.279,00		

CNPJ 16.868.674/0001-42

IE 039/0162078

Rua Abilio Lotario Machry nº 437 - Loteamento Anzanello – Erechim/RS - CEP: 99705-174

Telefone: (54) 98432-6813

E-mail: juridico.dipar@gmail.com



ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

Dependência: SUAPE COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUARIO GOVERNADOR ERA
COMPRAS - (PE)

Licitação: (Ano: 2023/ SUAPE COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUARIO GOVERNADOR
ERA / Nº Processo: 005/2023-CP)

às 10:15:09 horas do dia 20/04/2023 no endereço RODOVIA PE 060 KM 10 ENGENHO
MASSANGANA, bairro IPOJUCA PE, da cidade de IPOJUCA - PE, reuniram-se o Pregoeiro
da disputa Sr(a). PRISCILLA FERNANDES CASTELLO BRANCO, e a respectiva Equipe de
Apoio, designado pelo ato de nomeação, para realização da Sessão Pública de Licitação do
Pregão Nº Processo: 005/2023-CP - 2023/PE 005/202 que tem por objeto CONTRATAÇÃO
DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA
MANUTENÇÃO DO PORTO ORGANIZADO DE SUAPE.

Abertas as propostas, foram apresentados os seguintes preços:

Lote (1) - CHAPA 3/8 POL - AÇO ASTM - A36

	DIPAR FERRAGENS LTDA	R\$ 32.000,00
Data-Hora	Fornecedor	Proposta
20/04/2023 08:41:18:773		

Lote (2) - CHAPA 1/2 POL ASTM A36

	DIPAR FERRAGENS LTDA	R\$ 50.000,00
Data-Hora	Fornecedor	Proposta
19/04/2023 16:50:42:375	TECH MINING IMP E COMERCIO E SOLUCOES EM MINERACAO	R\$ 92.660,68
20/04/2023 08:41:18:773		

Lote (3) - CHAPA 3/4 POL AÇO ASTM A36

	DIPAR FERRAGENS LTDA	R\$ 50.086,92
Data-Hora	Fornecedor	Proposta
20/04/2023 08:41:18:773		

Lote (4) - CHAPA 1 POL AÇO ASTM A36

	DIPAR FERRAGENS LTDA	R\$ 39.015,68
--	----------------------	---------------



DIPAR FERRAGENS LTDA

Data-Hora	Fornecedor	Proposta
-----------	------------	----------



DIPAR FERRAGENS LTDA

20/04/2023 08:41:18:773

Lote (5) - PERFIL W 150 X 13MM DE 13 KG/M - MATERIAL ASTM - A36

	DIPAR FERRAGENS LTDA	R\$ 15.730,00
Data-Hora	Fornecedor	Proposta
20/04/2023 08:41:18:773		

Lote (6) - BARRA CHATA 2 X 5/8 POL - ASTM - A36

	DIPAR FERRAGENS LTDA	R\$ 14.394,40
Data-Hora	Fornecedor	Proposta
20/04/2023 08:41:18:773		

Após a etapa de lances, Com disputa em sessão pública, foram apresentados os seguintes menores preços:

Lote (1) - CHAPA 3/8 POL - AÇO ASTM - A36

	DIPAR FERRAGENS LTDA	R\$ 32.000,00
Data-Hora	Fornecedor	Lance
20/04/2023 08:41:18:773		

Lote (2) - CHAPA 1/2 POL ASTM A36

	DIPAR FERRAGENS LTDA	R\$ 50.000,00
Data-Hora	Fornecedor	Lance
20/04/2023 08:41:18:773		
19/04/2023 16:50:42:375	TECH MINING IMP E COMERCIO E SOLUCOES EM MINERACAO	R\$ 92.660,68

Lote (3) - CHAPA 3/4 POL AÇO ASTM A36

	DIPAR FERRAGENS LTDA	R\$ 50.086,92
Data-Hora	Fornecedor	Lance
20/04/2023 08:41:18:773		

Lote (4) - CHAPA 1 POL AÇO ASTM A36

	DIPAR FERRAGENS LTDA	R\$ 39.015,68
Data-Hora	Fornecedor	Lance
20/04/2023 08:41:18:773		

Lote (5) - PERFIL W 150 X 13MM DE 13 KG/M - MATERIAL ASTM - A36

	DIPAR FERRAGENS LTDA	R\$ 15.730,00
Data-Hora	Fornecedor	Lance



DIPAR FERRAGENS LTDA

20/04/2023 08:41:18:773

Lote (6) - BARRA CHATA 2 X 5/8 POL - ASTM - A36

Data-Hora	Fornecedor	Lance
20/04/2023 08:41:18:773	DIPAR FERRAGENS LTDA	R\$ 14.394,40

Encerrada a etapa de lances foi verificada a regularidade da empresa que ofertou o menor preço. Após confirmada a habilitação da proponente e examinada pelo Pregoeiro da disputa e a Equipe de Apoio a aceitabilidade da proposta de menor preço, quanto ao objeto bem como quanto á compatibilidade do preço apresentado com os praticados no mercado e o valor estimado para a contratação, o Pregoeiro decidiu:

No dia 20/04/2023, às 10:42:39 horas, no lote (1) - CHAPA 3/8 POL - AÇO ASTM - A36 a situação do lote foi alterada para: arrematado. O motivo da alteração foi o seguinte: Atualização efetuada - servidor: pxl0aop00003_multisalas-01. No dia 16/05/2023, às 09:51:41 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 16/05/2023, às 10:31:21 horas, no lote (1) - CHAPA 3/8 POL - AÇO ASTM - A36 a situação do lote foi alterada para: arrematado. No dia 16/05/2023, às 10:32:48 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 16/05/2023, às 10:32:48 horas, no lote (1) - CHAPA 3/8 POL - AÇO ASTM - A36 a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: CONFORME PARECER EXARADO PELA AREA TECNICA, A EMPRESA ATENDEU A TODAS AS EXIGENCIAS EDITALICIAS, RESTANDO HABILITADA AO PROSSEGUIMENTO NO CERTAME, O INTEIRO TEOR DO DESPACHO PODE SER SOLICITADO NO EMAIL: CPL@SUAPE.PE.GOV.BR. No dia 17/05/2023, às 11:01:20 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 17/05/2023, às 11:01:20 horas, no lote (1) - CHAPA 3/8 POL - AÇO ASTM - A36 a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: A EMPRESA ATENDEU A TODAS AS EXIGENCIAS EDITALICIAS.

No dia 17/05/2023, às 11:01:20 horas, no lote (1) - CHAPA 3/8 POL - AÇO ASTM - A36 pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação á empresa DIPAR FERRAGENS LTDA com o valor R\$ 29.471,28.

No dia 20/04/2023, às 10:54:56 horas, no lote (2) - CHAPA 1/2 POL ASTM A36 - a situação do lote foi alterada para: arrematado. O motivo da alteração foi o seguinte:



DIPAR FERRAGENS LTDA

Atualização efetuada - servidor: pxl0aop00003_multisalas-01. No dia 16/05/2023, às 09:52:44 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 16/05/2023, às 09:52:44 horas, no lote (2) - CHAPA 1/2 POL ASTM A36 - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: CONFORME PARECER EXARADO PELA AREA TECNICA DEMANDANTE, A EMPRESA RESTA HABILITADA AO PROSSEGUIMENTO NO CERTAME. O INTEIRO TEOR DO DESPACHO PODE SER SOLICITADO NO EMAIL: CPL@SUAPE.PE.GOV.BR. No dia 17/05/2023, às 11:02:26 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 17/05/2023, às 11:02:26 horas, no lote (2) - CHAPA 1/2 POL ASTM A36 - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: A EMPRESA ATENDEU A TODAS AS EXIGENCIAS EDITALICIAS.

No dia 17/05/2023, às 11:02:26 horas, no lote (2) - CHAPA 1/2 POL ASTM A36 - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação á empresa DIPAR FERRAGENS LTDA com o valor R\$ 41.669,34.

No dia 20/04/2023, às 10:50:20 horas, no lote (3) - CHAPA 3/4 POL AÇO ASTM A36 - a situação do lote foi alterada para: arrematado. O motivo da alteração foi o seguinte: Atualização efetuada - servidor: pxl0aop00003_multisalas-03. No dia 16/05/2023, às 09:53:22 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 16/05/2023, às 09:53:22 horas, no lote (3) - CHAPA 3/4 POL AÇO ASTM A36 - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: CONFORME PARECER EXARADO PELA AREA TECNICA DEMANDANTE, A EMPRESA RESTA HABILITADA AO PROSSEGUIMENTO NO CERTAME. O INTEIRO TEOR DO DESPACHO PODE SER SOLICITADO NO EMAIL: CPL@SUAPE.PE.GOV.BR. No dia 17/05/2023, às 11:06:38 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 17/05/2023, às 11:06:38 horas, no lote (3) - CHAPA 3/4 POL AÇO ASTM A36 - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: A EMPRESA ATENDEU A TODAS AS EXIGENCIAS EDITALICIAS.

No dia 17/05/2023, às 11:06:38 horas, no lote (3) - CHAPA 3/4 POL AÇO ASTM A36 pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação á empresa DIPAR FERRAGENS LTDA com o valor R\$ 50.086,92.

No dia 20/04/2023, às 10:58:54 horas, no lote (4) - CHAPA 1 POL AÇO ASTM A36 - a situação do lote foi alterada para: arrematado. O motivo da alteração foi o seguinte:



Atualização efetuada - servidor: pxl0aop00003_multisalas-03. No dia 16/05/2023, às 09:54:11 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 16/05/2023, às 09:54:11 horas, no lote (4) - CHAPA 1 POL AÇO ASTM A36 - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: CONFORME PARECER EXARADO PELA AREA TECNICA DEMANDANTE, A EMPRESA RESTA HABILITADA AO PROSSEGUIMENTO NO CERTAME. O INTEIRO TEOR DO DESPACHO PODE SER SOLICITADO NO EMAIL: CPL@SUAPE.PE.GOV.BR. No dia 17/05/2023, às 11:07:02 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 17/05/2023, às 11:07:02 horas, no lote (4) - CHAPA 1 POL AÇO ASTM A36 - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: A EMPRESA ATENDEU A TODAS AS EXIGENCIAS EDITALICIAS.

No dia 17/05/2023, às 11:07:02 horas, no lote (4) - CHAPA 1 POL AÇO ASTM A36 - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação á empresa DIPAR FERRAGENS LTDA com o valor R\$ 39.015,68.

No dia 20/04/2023, às 10:55:42 horas, no lote (5) - PERFIL W 150 X 13MM DE 13 KG/M MATERIAL ASTM - A36 - a situação do lote foi alterada para: arrematado. O motivo da alteração foi o seguinte: Atualização efetuada - servidor: pxl0aop00003_multisalas-01. No dia 16/05/2023, às 09:55:26 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 16/05/2023, às 09:55:26 horas, no lote (5) - PERFIL W 150 X 13MM DE 13 KG/M MATERIAL ASTM - A36 - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: CONFORME PARECER EXARADO PELA AREA TECNICA DEMANDANTE, A EMPRESA RESTA HABILITADA AO PROSSEGUIMENTO NO CERTAME. O INTEIRO TEOR DO DESPACHO PODE SER SOLICITADO NO EMAIL: CPL@SUAPE.PE.GOV.BR. No dia 17/05/2023, às 11:07:24 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 17/05/2023, às 11:07:24 horas, no lote (5) - PERFIL W 150 X 13MM DE 13 KG/M MATERIAL ASTM - A36 - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: A EMPRESA ATENDEU A TODAS AS EXIGENCIAS EDITALICIAS.

No dia 17/05/2023, às 11:07:24 horas, no lote (5) - PERFIL W 150 X 13MM DE 13 KG/M MATERIAL ASTM - A36 - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação á empresa DIPAR FERRAGENS LTDA com o valor R\$ 15.730,00.

No dia 20/04/2023, às 10:50:14 horas, no lote (6) - BARRA CHATA 2 X 5/8 POL - ASTM A36 - a situação do lote foi alterada para: arrematado. O motivo da alteração foi o seguinte:



DIPAR FERRAGENS LTDA

Atualização efetuada - servidor: pxl0aop00003_multisalas-03. No dia 16/05/2023, às 09:55:55 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 16/05/2023, às 09:55:55 horas, no lote (6) - BARRA CHATA 2 X 5/8 POL - ASTM A36 - a situação do lote foi alterada para: declarado vencedor. O motivo da alteração foi o seguinte: CONFORME PARECER EXARADO PELA AREA TECNICA DEMANDANTE, A EMPRESA RESTA HABILITADA AO PROSSEGUIMENTO NO CERTAME. O INTEIRO TEOR DO DESPACHO PODE SER SOLICITADO NO EMAIL: CPL@SUAPE.PE.GOV.BR.

No dia 17/05/2023, às 11:08:16 horas, a situação do lote foi finalizada.

No dia 17/05/2023, às 11:08:16 horas, no lote (6) - BARRA CHATA 2 X 5/8 POL - ASTM A36 - a situação do lote foi alterada para: adjudicado. O motivo da alteração foi o seguinte: A EMPRESA ATENDEU A TODAS AS EXIGENCIAS EDITALICIAS.

No dia 17/05/2023, às 11:08:16 horas, no lote (6) - BARRA CHATA 2 X 5/8 POL - ASTM A36 - pelo critério de menor preço, foi adjudicado o objeto do lote da licitação á empresa DIPAR FERRAGENS LTDA com o valor R\$ 14.394,40.

No dia 17/05/2023, às 11:12:21 horas, a autoridade competente da licitação FRANCISCO LEITE MARTINS NETO - alterou a situação da licitação para homologada.

Publicada a decisão, nesta sessão, e nada mais havendo a tratar, o Pregoeiro da disputa declarou encerrados os trabalhos. Anexo a ata segue relatório contendo informações detalhadas sobre o andamento do processo.

PRISCILLA FERNANDES CASTELLO BRANCO

Pregoeiro da disputa

FRANCISCO LEITE MARTINS NETO

Autoridade Competente

CIBELLE DE MELO LORENA E SA

Membro Equipe Apoio

Proponentes:

16.868.674/0001-42 DIPAR FERRAGENS LTDA 09.522.104/0001-30 TECH MINING IMP E COMERCIO ESOLUCOES EM MINERACAO



MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA
PROCURADORIA GERAL
Praça Pedro Américo, 70 - Varadouro - João Pessoa/PB - CEP: 58.016-340 - Fone: (83) 3218-0788

Parecer Normativo n°. 1.068/2022

Referência: OFÍCIO-PROSET/SMS 10/2022

Interessado: Procuradoria Setorial da Secretaria de Saúde de João Pessoa

Assunto: Abrangência dos efeitos da penalidade prevista no inciso III do artigo 87 da Lei 8.666/93, no âmbito do Município de João Pessoa.

EMENTA: CONTRATO ADMINISTRATIVO. PENA DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO. DISTINÇÃO ENTRE ADMINISTRAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. ENTENDIMENTO DO TCU. ART. 87, INCISO III, DA LEI 8.666/1993. EFEITOS. I. À luz das definições constantes nos incisos XI e XII do art. 6º da Lei 8.666, de 1993, houve uma opção do legislador em distinguir os termos "Administração" e "Administração Pública", para fins de diferenciação entre os efeitos da pena de suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar do art. 87, III, da Lei 8.666, de 1993, da pena de declaração de inidoneidade do art. 87, IV, da Lei 8.666, de 1993, razão pela qual não cabe ao intérprete ignorar essa distinção constante do texto legal, retirando a força operativa das disposições da Lei n. 8.666, de 1993.

Assinado por 4 pessoas: THAIS FERREIRA VITURNO BOLEIRES; DANILLO DE SOUSA MOTA; BRUNO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA NOBREIA e CÍCERO DE LUCENA FILHO. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.pb.gov.br/portal/assinaturas>, clique em <https://joaopessoa.pb.gov.br/portal/assinaturas> e informe o código: 0055-E062-SAC-NEZD



MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA
PROCURADORIA GERAL
Praça Pedro Américo, 70 - Varadouro - João Pessoa/PB - CEP: 58.016-340 - Fone: (83) 3218-0788

II. É princípio geral do direito e regra fundamental de hermenêutica que as leis que estabelecem pena, limitem o livre exercício dos direitos ou contenham exceção a lei devem ser interpretadas estritamente. III. Não cabe ampliar os efeitos do art. 87, III, da Lei 8.666, de 1993, devendo ser aplicada a pena de suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar nos seus estritos termos, limitando os seus efeitos ao órgão, entidade ou unidade administrativa que aplicou a sanção.

1. RELATÓRIO

A Procuradoria Setorial da Secretaria de Saúde foi instada pela Comissão Setorial de Licitação a se manifestar sobre o alcance da penalidade prevista no inciso III do artigo 87 da Lei 8.666/93, a exemplo do questionamento formulado nos autos do Memorando Interno 66.188/2022.

No caso concreto, a licitante que se encontra submetida à fase de habilitação em procedimento licitatório tem registrada contra si, no SICAF, a Suspensão Temporária prevista na Lei no 8666/93, art. 87, inc. III.

A controvérsia foi instaurada em razão das manifestações divergentes do Tribunal de Contas da União, da Advocacia Geral da União, do Superior Tribunal de Justiça e da PROAD-PROGEM, que oscilam sobre a abrangência dos efeitos da penalidade.

Dessa forma, a Procuradoria Setorial da Secretaria de Saúde do Município apresentou pedido de manifestação jurídica a respeito da controvérsia sobre a interpretação da extensão dos efeitos da penalidade inserta no art. 87, inciso III, da Lei 8.666, de 1993,

Assinado por 4 pessoas: THAIS FERREIRA VITURNO BOLEIRES; DANILLO DE SOUSA MOTA; BRUNO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA NOBREIA e CÍCERO DE LUCENA FILHO. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.pb.gov.br/portal/assinaturas>, clique em <https://joaopessoa.pb.gov.br/portal/assinaturas> e informe o código: 0055-E062-SAC-NEZD



MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA
PROCURADORIA GERAL
Praça Pedro Américo, 70 - Varadouro - João Pessoa/PB - CEP: 58.016-340 - Fone: (83) 3218-0788

que trata da "suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos".

Ressalte-se que a Procuradoria citada sugere o cancelamento do Parecer Normativo 292/2017 - PROAD-PROGEM, homologado pelo então Prefeito Municipal, publicado no Semanário Oficial, Edição nº 1601, de 01 a 07 de outubro de 2017.

Considerando a necessidade de análise acerca da atualização e uniformização de entendimento, a presente manifestação visa a contribuir com o deslinde da questão.

Eis o relatório. Passa-se a opinar.

2. ANÁLISE JURÍDICA

2.1 A interpretação da Lei 8.666/93 e o posicionamento do TCU e da AGU

Cumpre ressaltar que a inexecução do contrato administrativo, a sua execução deficiente ou a frustração do objeto da licitação, em detrimento da consecução do interesse público, culminando em efetivos prejuízos à Administração Pública, pode ensejar a aplicação das penalidades administrativas estabelecidas no art. 87 da Lei n. 8.666/93, a seguir transcrita:

- Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
- I - advertência;
 - II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
 - III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
 - IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a

Assinado por 4 pessoas: THAIS FERREIRA VITURNO BOLEIRES; DANILLO DE SOUSA MOTA; BRUNO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA NOBREIA e CÍCERO DE LUCENA FILHO. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.pb.gov.br/portal/assinaturas>, clique em <https://joaopessoa.pb.gov.br/portal/assinaturas> e informe o código: 0055-E062-SAC-NEZD



MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA
PROCURADORIA GERAL
Praça Pedro Américo, 70 - Varadouro - João Pessoa/PB - CEP: 58.016-340 - Fone: (83) 3218-0788

Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior. (...)

Desse modo, a Lei nº 8.666/1993, em seu art. 87, inciso III, prevê a aplicação de penalidade de suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar com a Administração ao contratado que deixar de cumprir total ou parcialmente o contrato.

Devendo-se atentar para o fato de que o texto legal traz as expressões "Administração" e "Administração Pública", atrelando-as aos incisos III e IV, respectivamente. E em seu art. 6º, estabelece conceitos diferentes para essas expressões, senão vejamos:

- Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se:
- (...)
 - XI - Administração Pública - a administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas;
 - XII - Administração - órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente.

Como se observa, é notório que o legislador quis, para os fins previstos na Lei nº 8.666/1993, distinguir "Administração" e "Administração Pública".

Outrossim, a lei estipulou uma gradação para as penalidades, iniciando com a pena mais leve, que é a simples advertência, chegando a pena mais grave, que é a declaração de inidoneidade.

A suspensão de licitar e contratar (art. 87, III, LLC) consiste em uma pena mais branda, ao passo que a pena de declaração de inidoneidade prevista no art. 87, IV, da LLC, representa a punição mais grave de todas, já que seus efeitos se irradiam por todas as esferas federativas, proibindo o apenado de contratar com os entes públicos de forma geral.

Assinado por 4 pessoas: THAIS FERREIRA VITURNO BOLEIRES; DANILLO DE SOUSA MOTA; BRUNO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA NOBREIA e CÍCERO DE LUCENA FILHO. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.pb.gov.br/portal/assinaturas>, clique em <https://joaopessoa.pb.gov.br/portal/assinaturas> e informe o código: 0055-E062-SAC-NEZD





MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA
PROCURADORIA GERAL
Praça Pedro Américo, 70 - Varadouro - João Pessoa/PB - CEP: 58.010-340 - Fone: (83) 3218-9788.

Licitação, Pregão. Sanção administrativa, Suspensão temporária, Contratação, Impedimento, Abrangência. Ente da Federação. **Os efeitos da sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no art. 7º da Lei 10.520/2002 restringem-se ao âmbito do ente federativo sancionador** (União ou estado ou município ou Distrito Federal). (Acórdão 269/2019 Plenário (Representação, Relator Ministro Bruno Dantas). (Grifo nosso).

Licitação, Sanção administrativa, Abrangência. **Quanto à abrangência de sanção, o impedimento de contratar e licitar com o ente federativo que promove o pregão e fiscaliza o contrato (art. 7º da Lei 10.520/02) é pena mais rígida do que a suspensão temporária de participação em licitação e o impedimento de contratar com um órgão da Administração (art. 87, inciso III, da Lei 8.666/93), é mais branda do que a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública (art. 87, IV, da Lei 8.666/93).** (Acórdão 2530/2015 Plenário, (Embargos de Declaração, Relator Ministro Bruno Dantas). (Grifo nosso).

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO MCID 16/2014. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE GARÇOM. INABILITAÇÃO DA FIRMA REPRESENTANTE EM RAZÃO DA APLICAÇÃO DA SANÇÃO PREVISTA NO ART. 87, III, LEI 8.666/1993, PELA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. CONTROVÉRSIA ACERCA DA EXTENSÃO DA SANÇÃO ADMINISTRATIVA. ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL: EFEITOS DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA APLICAM-SE NO ÂMBITO AO ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADOR. PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZATIVOS PARA ADOÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR. SUSPENSÃO CAUTELAR DO CERTAME LICITATÓRIO. OITIVA DO PREGOIEIRO E DA CGRL/MCID. ADMINISTRAÇÃO APLICOU O ENTENDIMENTO DESTA CORTE. SUPERVENIÊNCIA DE INDÍCIOS DE USO INDEVIDO DAS PREFERÊNCIAS ATRIBUÍDAS A MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE POR PARTE DA EMPRESA REPRESENTANTE. OUTRAS RAZÕES PLAUSÍVEIS PARA AFASTAR DO CERTAME A EMPRESA REPRESENTANTE. REVOGAÇÃO DA MEDIDA CAUTELAR DETERMINADA NOS AUTOS. OITIVA DA REPRESENTANTE. MANIFESTA-

Assinado por 4 pessoas: THAIS FERREIRA VITURNO BOLEIRES; DANIEL DE SOUSA MOTA; IRIBINO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA NOBREZA e CIBERIO DE LUCENA FILHO. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.tiss.com.br/verificador/assinatura>. Assinatura: <https://joaopessoa.tiss.com.br/verificador/assinatura> e número de registro: <https://joaopessoa.tiss.com.br/verificador/assinatura>



MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA
PROCURADORIA GERAL
Praça Pedro Américo, 70 - Varadouro - João Pessoa/PB - CEP: 58.010-340 - Fone: (83) 3218-9788.

para licitar e contratar, prevista no art. 87, inciso III, da Lei 8.666/93, tem abrangência restrita ao órgão ou entidade que aplicou a sanção." (Acórdão n.º 2.556/2013 - TCU - Plenário - Rel. Min. Augusto Sherman, 18/09/2013). (Grifo nosso).

Enalteça-se, ainda, que, com o objetivo de dirimir divergências de entendimentos sobre o tema, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo editou a Súmula 51, estabelecendo que os efeitos da penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar devem ficar adstritos à esfera de governo do órgão apenador, senão vejamos:

"SÚMULA 51 - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (art. 87, IV da Lei 8.666/93) tem seus efeitos jurídicos estendidos a todos os órgãos da Administração Pública, ao passo que, nos casos de impedimento e suspensão de licitar e contratar (art. 87, III da Lei 8.666/93 e art. 7º da Lei 10.520), a medida repressiva se restringe à esfera de governo do órgão sancionador." (Grifamos).

Torna-se extremamente relevante destacar também a interpretação da AGU acerca da questão, importando apontar que a Lei Complementar nº 73/1993 dispõe que são atribuições do Advogado-Geral da União "unificar a jurisprudência administrativa, garantir a correta aplicação das leis, prevenir e dirimir as controvérsias entre os órgãos jurídicos da Administração Federal."

À Consultoria-Geral da União, por sua vez, direta e imediatamente subordinada ao Advogado-Geral da União, incumbe, principalmente, colaborar com este em seu assessoramento jurídico ao Presidente da República, por meio da produção de pareceres, informações e demais trabalhos jurídicos que lhes sejam atribuídos pelo chefe da instituição.

Exatamente no exercício da competência de assessoramento jurídico ao Presidente da República, fixada pelo art. 4º, inciso XI, e/c o art. 10, ambos da Lei Complementar nº 73/1993, a Consultoria-Geral da União uniformizou a jurisprudência administrativa so-

Assinado por 4 pessoas: THAIS FERREIRA VITURNO BOLEIRES; DANIEL DE SOUSA MOTA; IRIBINO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA NOBREZA e CIBERIO DE LUCENA FILHO. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.tiss.com.br/verificador/assinatura>. Assinatura: <https://joaopessoa.tiss.com.br/verificador/assinatura> e número de registro: <https://joaopessoa.tiss.com.br/verificador/assinatura>



MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA
PROCURADORIA GERAL
Praça Pedro Américo, 70 - Varadouro - João Pessoa/PB - CEP: 58.010-340 - Fone: (83) 3218-9788.

ÇÕES. CIÊNCIA À CGRL/MCID QUANTO AOS PROCEDIMENTOS PARA AFERIÇÃO DA RECEITA BRUTA DAS EMPRESAS LICITANTES. COMUNICAÇÕES.

(...) Os efeitos da sanção de suspensão temporária de participação em licitação (art. 87, III, Lei 8.666/93) são adstritos ao órgão ou entidade sancionadora. (Acórdão n.º 504/2015 - TCU - Plenário - Rel. Min. Weder de Oliveira, 11/03/2015). (Grifo nosso).

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DESARMADA E DE SEGURANÇA PATRIMONIAL. CLÁUSULA IMPEDITIVA DA PARTICIPAÇÃO DE POTENCIAL LICITANTE QUE HAJA SIDO SUSPENSA TEMPORARIAMENTE PARA LICITAR POR OUTRO ÓRGÃO OU ENTIDADE. CONHECIMENTO. OITIVA. PROCEDÊNCIA PARCIAL. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO AO ERÁRIO OU AO INTERESSE PÚBLICO. INDEFERIMENTO DA CAUTELAR REQUERIDA. COMUNICAÇÕES. ARQUIVAMENTO.

(...) Em observância ao princípio da supremacia do interesse público, não se configura hipótese de anulação do procedimento licitatório ou do contrato firmado, o fato de empresa ter sido impedida de participar do certame, por força de interpretação errônea na aplicação da penalidade de suspensão prevista no art. 87, inciso III, da Lei 8.666/1993 (válida apenas em relação ao órgão ou entidade que a aplicou) quando é baixa a materialidade do objeto, não houve restrição à competitividade da licitação e nem indícios de conluio entre licitantes e gestores. (Acórdão n.º 1.457/2014 - TCU - Plenário - Rel. Min. Augusto Sherman, 04/06/2014). (Grifo nosso).

REPRESENTAÇÃO SOBRE EVENTUAIS IRREGULARIDADES EM PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. CONHECIMENTO. PROCEDÊNCIA PARCIAL. DETERMINAÇÃO. COMUNICAÇÕES. ARQUIVAMENTO.

(...) O edital da licitação, ao estabelecer vedações à participação no certame, deve ser suficientemente claro no sentido de que a penalidade de suspensão

Assinado por 4 pessoas: THAIS FERREIRA VITURNO BOLEIRES; DANIEL DE SOUSA MOTA; IRIBINO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA NOBREZA e CIBERIO DE LUCENA FILHO. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.tiss.com.br/verificador/assinatura>. Assinatura: <https://joaopessoa.tiss.com.br/verificador/assinatura> e número de registro: <https://joaopessoa.tiss.com.br/verificador/assinatura>



MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA
PROCURADORIA GERAL
Praça Pedro Américo, 70 - Varadouro - João Pessoa/PB - CEP: 58.010-340 - Fone: (83) 3218-9788.

bre a abrangência da sanção prevista no art. 87, III, da Lei 8.666/1993, dirimindo a controvérsia existente a respeito da aplicação da referida penalidade, como se pode extrair das conclusões do PARECER n.º 00007/2020/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU.

Sendo assim, a distinção realizada pelo TCU foi consagrada pela AGU, mediante a interpretação de que a sanção de suspensão de licitar e contratar remete seus efeitos à "Administração", enquanto a sanção de declaração de inidoneidade impõe seus efeitos à "Administração Pública", tendo em vista que os conceitos, usualmente tidos como sinônimos, foram definidos de forma diversa pela Lei nº 8.666/93 e, por isso, devem ser interpretados distintamente.

De outra banda, o Superior Tribunal de Justiça tem proferido julgados no sentido de que a suspensão de licitar e contratar com a Administração (art. 87, III, da LLC) abrange todos os órgãos e entes federativos, equiparando, na prática, os efeitos desta penalidade com os da declaração de inidoneidade (art. 87, IV, da LLC).

Percebe-se que, para o STJ, não possui qualquer relevância a distinção feita entre as expressões "Administração" e "Administração Pública", que foram utilizadas em dispositivos diversos da Lei 8.666, de 1993, e com definição própria pela mesma lei, interpretação esta que, com todas as vênias, não nos afigura acertada.

A interpretação dos incisos III e IV do art. 87 da Lei n. 8.666, de 1993, feita pelo STJ, que não distingue os efeitos da pena de suspensão de contratar dos efeitos da declaração de inidoneidade despreza a regra hermenêutica de que "não se presumem na lei palavras inúteis".

De fato, houve uma opção do legislador em distinguir os termos "Administração" e "Administração Pública", para fins de distinção entre os efeitos da pena de suspensão de contratar do art. 87, III, da LLC, e da pena de declaração de inidoneidade do art. 87,

Assinado por 4 pessoas: THAIS FERREIRA VITURNO BOLEIRES; DANIEL DE SOUSA MOTA; IRIBINO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA NOBREZA e CIBERIO DE LUCENA FILHO. Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://joaopessoa.tiss.com.br/verificador/assinatura>. Assinatura: <https://joaopessoa.tiss.com.br/verificador/assinatura> e número de registro: <https://joaopessoa.tiss.com.br/verificador/assinatura>





MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA
PROCURADORIA GERAL
Praça Pedro Américo, 70 - Varadouro - João Pessoa/PB - CEP: 58.010-340 - Fone: (83) 3218-9788

IV, da LLC, e não cabe ao intérprete ignorar essa distinção constante do texto legal, agindo de modo a tornar as disposições da Lei n. 8.666/93 despidas de força operativa.

Ademais, temos que ter em mente que a interpretação do art. 87, III, da Lei 8666, de 1993, deve ser efetivada considerando que se trata de um dispositivo com previsão de uma sanção administrativa, gerando graves consequências para a pessoa apenada, em especial a de afastá-la do universo das contratações públicas, de modo que o aplicador da lei deve considerar essas circunstâncias.

Registre-se que é princípio geral do direito e regra fundamental de hermenêutica que as leis que estabelecem pena, limitem o livre exercício dos direitos ou contenham exceção à lei devem ser interpretadas estritamente.

2.2 O Posicionamento da Doutrina Majoritária

A doutrina majoritária também sustenta, em respeito ao princípio da federação, que os efeitos da suspensão temporária devem ser limitados, não podendo ultrapassar a esfera política do órgão que aplicou a sanção. Assim, penalidades de suspensão temporária aplicadas pelos Municípios, pelos Estados ou pelo Distrito Federal não podem, por exemplo, afetar licitações e contratações das autarquias e fundações públicas federais.

Celso Rocha Furtado, atento às definições conceituais inseridas na Lei das Licitações, afirma que:

"(...) a suspensão temporária somente é válida e, portanto, somente impede a contratação da empresa ou profissional punido durante sua vigência **perante a unidade que aplicou a pena**; a declaração de inidoneidade impede a contratação da empresa ou profissional punido, enquanto não reabilitados, em toda a Administração Pública federal, estadual e municipal, direta e indireta" (FURTADO, 2007, p. 217.). (Grifo nosso).

Aprovado por 4 pessoas: THAIS FERREIRA VITORINO BOLERES; DANILLO DE SOUSA MOTA; BRUNO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA NOBREIA e CÍCERO DE LUCENA FILHO. Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://joaopessoa.tbr.com.br/verificacao/15956-SACC-AEZD e informe o código: 08P5-E062-SACC-AEZD



MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA
PROCURADORIA GERAL
Praça Pedro Américo, 70 - Varadouro - João Pessoa/PB - CEP: 58.010-340 - Fone: (83) 3218-9788

merecedor de reprovação. Isso não equivale a exigir a presença de dolo, na aceção da vontade de produzir um resultado antijurídico ou de aceitar sua concretização. Também se configura o elemento subjetivo reprovável quando o sujeito deixa de adotar as precauções e cautelas inerentes à posição jurídica de partícipe de uma relação jurídica com a Administração Pública. A culpa em sentido estrito consiste na ausência da diligência necessária e inerente ao sujeito contratado para executar certa prestação." (JUSTEN FILHO, 2005, p. 621.) (Grifo nosso).

Ainda a respeito da distinção entre as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei 8.666/1993, confira-se também a lição do jurista Jessé Torres Pereira Junior:

"A diferença do regime legal regulador dos efeitos da suspensão e da declaração de inidoneidade reside no alcance de uma e de outra penalidade. **Aplicada a primeira, fica a empresa punida impedida perante licitações e contratações da Administração; aplicada a segunda, a empresa sancionada resulta impedida perante as licitações e contratações da Administração Pública.** Assim é porque, em seu art. 6º, a Lei nº 8.666/93 adota conceitos distintos para **Administração e Administração Pública**, estatuinto que, para fins de sua aplicação, considera Administração Pública "a administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas" (inciso XI), e Administração o "órgão, opera e atua concretamente" (inciso XII). Por conseguinte, sempre que o artigo da Lei nº 8.666/93 referir-se a Administração, faz-lo-á no sentido do art. 6º, XII. E quando aludir Administração Pública, emprega a aceção do art. 6º, XI." (PEREIRA JÚNIOR, 2009, p. 561.). (Grifo nosso).

2.3 O Princípio da Reserva Legal

Imprescindível enaltecer que, em matéria de matura penal, exige-se do operador do direito a adoção da interpretação do comando normativo de forma mais restritiva, em obediência ao Princípio da Reserva Legal.

Como a penalidade da suspensão temporária representa uma ordem administrativa de cercamento de direito (de licitar e de ser contratado), aplicada em caráter punitivo a uma inadimplência, outro não poderia ser o entendimento de que se trata de um comando penal.

Nesse sentido, a Administração deve ser compreendida como órgão ou entidade contratante que aplicou a penalidade suspensiva, sob pena de, em se ampliando esse conceito, criar-se hipótese sem previsão legal.

Caso o legislador, repise-se, objetivasse que a suspensão temporária da participação de processos licitatórios fosse estendida a toda Administração Pública, em verdade, o teria feito expressamente no texto legal.

Ademais, se coincidissem o âmbito das duas sanções, estas seriam idênticas, o que contraria a regra de hermenêutica segundo a qual devem ser afastadas as interpretações desarrazoadas.

2.4 A interpretação mais adequada

A análise acerca dos entendimentos explicitados conduz-nos a interpretação que enfatiza a distinção feita pelo legislador entre os vocábulos "Administração" e "Administração Pública", adotada pela AGU e pela doutrina majoritária.

Ademais, o posicionamento ora defendido se coaduna perfeitamente com a jurisprudência do TCU, reforçando substancialmente o princípio da proporcionalidade da

Aprovado por 4 pessoas: THAIS FERREIRA VITORINO BOLERES; DANILLO DE SOUSA MOTA; BRUNO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA NOBREIA e CÍCERO DE LUCENA FILHO. Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://joaopessoa.tbr.com.br/verificacao/15956-SACC-AEZD e informe o código: 08P5-E062-SACC-AEZD



MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA
PROCURADORIA GERAL
Praça Pedro Américo, 70 - Varadouro - João Pessoa/PB - CEP: 58.010-340 - Fone: (83) 3218-9788

Valioso é o posicionamento do professor Floriano Azevedo Marques Neto, que questiona o "absurdo" que haveria, se as penalidades de suspensão e de declaração de inidoneidade tivessem o mesmo âmbito de aplicação, dado que tonar-se-iam equivalentes, senão vejamos:

"E aqui reside justamente o eixo do argumento: **entendêsemos nós que a suspensão e a inidoneidade, ambas, têm o mesmo âmbito de consequências, e chegaríamos ao absurdo de tornar as duas penalidades indiferenciadas.** Sim, porque ambas pressuem uma consequência comum: impedem que o apenado participe de licitação ou firme contrato administrativo. Se desconsiderarmos as diferenças de extensão que ora sustentamos, perderia o sentido existirem duas penalidades distintas. Afinal ambas teriam a mesma finalidade, a mesma consequência e o mesmo âmbito de abrangência. Estaríamos diante de interpretação que leva ao absurdo." (MARQUES NETO, 1995, p. 3). (Grifo nosso).

Desse modo, torna-se evidente que as sanções prescritas pela Lei nº 8.666/1993 estão enumeradas e posicionadas de forma a sugerir uma gradação de gravidade, ou seja, cada uma delas corresponde a um patamar superior de gravidade na conduta punível, da pena mais branda para a mais gravosa.

Nesse sentido, veja-se o ensinamento de Marçal Justen Filho, para quem o princípio fundamental quanto às infrações recai sobre a reprovabilidade da conduta, consoante adiante delineado:

"O princípio fundamental atinente à configuração de infrações reside na reprovabilidade da conduta do particular. Isso **significa que a infração se caracterizará pelo descumprimento aos deveres legais ou contratuais, que configure materialização de um posicionamento subjetivo reprovável.**

Dai se segue que não se configura infração quando a conduta externa do agente não seja acompanhada de um posicionamento subjetivo imaterial

Aprovado por 4 pessoas: THAIS FERREIRA VITORINO BOLERES; DANILLO DE SOUSA MOTA; BRUNO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA NOBREIA e CÍCERO DE LUCENA FILHO. Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://joaopessoa.tbr.com.br/verificacao/15956-SACC-AEZD e informe o código: 08P5-E062-SACC-AEZD



Aprovado por 4 pessoas: THAIS FERREIRA VITORINO BOLERES; DANILLO DE SOUSA MOTA; BRUNO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA NOBREIA e CÍCERO DE LUCENA FILHO. Para verificar a validade das assinaturas, acesse: https://joaopessoa.tbr.com.br/verificacao/15956-SACC-AEZD e informe o código: 08P5-E062-SACC-AEZD





MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA
PROCURADORIA GERAL
Praça Pedro Américo, 70 - Varadouro - João Pessoa/PB - CEP: 58.010-340 - Fone: (83) 3218-9788

sanção em razão do grau de culpabilidade e preservando a possibilidade de dosimetria das penas previstas no art. 87, incisos III e IV, da Lei nº 8.666/93.

Essa conclusão deriva da interpretação autêntica contextual do diploma legal, uma vez que o próprio legislador estabeleceu limites específicos e diversos para as referidas sanções.

Dessa forma, atribui-se discricionariedade ao gestor, que poderá aplicar, com efeitos práticos distintos, ora a sanção mais grave, ora a menos grave, conforme exija o caso concreto, permitindo-se a aplicação da sanção mais compatível e proporcional à conduta que se pretende reprimir, o que, essencialmente, satisfaz o princípio da igualdade material.

Portanto, em face da clara delimitação legal aos efeitos da suspensão temporária de licitar e contratar, dos limites constitucionais à restrição de direitos das pessoas pela Administração Pública, da evidente gradação existente entre as sanções estabelecidas pela Lei nº 8.666/1993 e da necessidade de respeito à proporcionalidade na aplicação das penalidades, verifica-se que a aplicabilidade de efeitos restritos à sanção de suspensão representa a interpretação tecnicamente mais adequada e condizente com o estabelecido pela Lei de Licitações e pela Constituição Federal.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Procuradoria-Geral, salvo melhor juízo, OPINA, dentro da delimitação objetiva da análise realizada, que a penalidade expressa no art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993, de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração, deve ter seu âmbito de aplicação restrito ao ente federativo do órgão que a imputou. Entende-se ser essa a conclusão legal e lógica, além de adequada, sob o aspecto da proporcionalidade e da realidade prática administrativa.

Assinado por: 4 pessoas: THAIS FERREIRA VITURINO BOUERES, DANILLO DE SOUSA MOTA, BRUNO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA NOBREGA e CÍCERO DE LUCENA FILHO. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/06F6-E992-6A2C-AE2D e informe o código: 06F6-E992-6A2C-AE2D



MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA
PROCURADORIA GERAL
Praça Pedro Américo, 70 - Varadouro - João Pessoa/PB - CEP: 58.010-340 - Fone: (83) 3218-9788

Para tanto, sugere o cancelamento do Parecer Normativo 292/2017 - PROAD-PROGEM, homologado pelo então Prefeito Municipal, publicado no Semanário Oficial, Edição nº 1601, de 01 a 07 de outubro de 2017, e a adoção deste Parecer Normativo, objetivando a aplicação do entendimento nele esposado, no âmbito do Município de João Pessoa.

Encaminham-se os autos ao Gabinete do Excelentíssimo Sr. Prefeito Constitucional do Município de João Pessoa para deliberação.

É o parecer.

João Pessoa, 19 de julho de 2022.

Cícero de Lucena Filho
Prefeito Municipal de João Pessoa

Bruno Augusto Albuquerque da Nobrega
Procurador-Geral do Município

Daniilo de Sousa Mota
Procurador-Geral Adjunto do Município

Thais Ferreira Viturino Boueres
Procuradora do Município

Assinado por: 1 pessoa: LEANDRO BEZERRA DE SOUZA. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/06F6-E992-6A2C-AE2D e informe o código: 06F6-E992-6A2C-AE2D



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 06F6-E992-6A2C-AE2D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ THAIS FERREIRA VITURINO BOUERES (CPF 021.XXX.XXX-65) em 20/07/2022 11:57:44 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: AC OAB G3 << AC Certsign G7 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ DANILLO DE SOUSA MOTA (CPF 008.XXX.XXX-47) em 20/07/2022 12:19:38 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ BRUNO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA NOBREGA (CPF 032.XXX.XXX-75) em 20/07/2022 13:10:02 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ CÍCERO DE LUCENA FILHO (CPF 142.XXX.XXX-53) em 21/07/2022 08:02:13 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/06F6-E992-6A2C-AE2D>

SEDURB



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

PORTARIA Nº 023/2022

Designar o servidor público responsável pela GESTÃO e FISCALIZAÇÃO do contrato Nº 06-388/2022 firmado(s) pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDURB e a Empresa JVS PARTICIPAÇÕES EIRELI;

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO URBANO - SEDURB, no uso das atribuições que lhe confere o art. 67, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Urbano como GESTOR e FISCAL do contrato nº 06-388/2022 - PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, tendo como interventor esta Unidade Gestora:

ITEM	NOME/SERVIDOR	MATRÍCULA	INDICAÇÃO
01	CARLOS FREDERICO CUNHA NEIVA	95.260-5	GESTOR
02	ROMMEL CORREA DE ARAUJO	95.011-4	FISCAL

Art. 2º Incumbe ao servidor referido no artigo anterior acompanhar o desenvolvimento da execução do contrato, observando as atribuições que lhe são conferidas pela Instrução Normativa nº 04, de 05 de março de 2020 constantes no Anexo I, Art. 2 c/c Art. 58, inc. III e art. 67 da Lei nº 8.666/93.

Art. 3º Esta Portaria retroage os efeitos para 04 de Julho de 2022.

Art. 4º Registre-se e Publique-se.

João Pessoa, 21 de Julho de 2022.

ANTÔNIO FÁBIO SOARES CARNEIRO
Secretário de Desenvolvimento Urbano

Assinado por: 1 pessoa: LEANDRO BEZERRA DE SOUZA. Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://joaopessoa.1doc.com.br/verificacao/06F6-E992-6A2C-AE2D e informe o código: 06F6-E992-6A2C-AE2D





1354

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO EM LICITAÇÃO

PROCESSO: 0007.481./2022

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2022

OBJETO: ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO – AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA – DESCLASSIFICAÇÃO DE EMPRESA – PREGÃO ELETRÔNICO 040/2022.

RECORRENTE: DIPAR FERRAGENS EIRELI – CNPJ Nº 16.868.674/0001-42

O Secretário Municipal de Obras, Infraestrutura e Transporte do Município de São Mateus/ES, tendo em vista o Recurso Administrativo (fls. 1330/1333) interposto pela empresa **DIPAR FERRAGENS – EIRELI –ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ: 16.868.674/000142**, recebidos via e-mail no dia 24/08/2022, conforme comprovantes em anexo, quanto a desclassificação do Pregão Eletrônico 040/2022 “lotes 06 e 07”, com fulcro no item 8.21, do referido edital, com Manifestação Técnica exarada pela Pregoeira às fls. 1338/1340, pelo motivos apresentados no bojo do Parecer Jurídico nº 1265/2022, que serão oportunamente relatados, para ao final decidir:

I – DOS FATOS

Trata-se de procedimento licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO – MENOR PREÇO POR LOTE, para subsidiar a “AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA MANUTENÇÃO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA”, conforme itens relacionados no Termo de Referência, a ser regido pelo disposto nas Letras nº 8.666/93 da Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019 e Decretos Municipais nº 9.323/2017 e nº 9.912/2018.

A Recorrente é participante do Pregão Eletrônico nº 040/2022, alega ser detentora da proposta mais vantajosa, logrando êxito nos lotes 06 e 07, contudo, durante o processo de habilitação, foi desclassificada do referido pregão, com fulcro no item 8.2.1, do referido edital.

Em suas razões de recurso (fls. 1330/1333), a Empresa desclassificada apresentou os seguintes argumentos. Vejamos:

“(…) há de se salientar que muito embora possam existir penalidades administrativas registradas nos órgãos, vale ressaltar que a Administração não pode

AD



1355

utilizar tais sanções como baliza para impedir a participação da Recorrente em pregão junto à Administração, uma vez que o município não foi a entidade sancionadora ou a quem se deu o contrato motivo das penalidades.

É sabido ainda, que as sanções administrativas não podem ultrapassar a entidade sancionadora/entidade da origem da sanção. Ou seja, as sanções administrativas registradas junto aos órgãos de consulta, só podem ser consideradas para alicitações junto à Administração sancionadora, não devendo restar prejuízo em editais diversos.

Diante do todo exposto, requer seja deferido o pleito da recorrente, sendo dado o êxito dos lotes 06 e 07 à empresa, que foi detentora da proposta mais vantajosa, considerando que embora tenha registro de penalidade, tais sanções não fazem jus à Administração do Município, não podendo ser usadas como baliza para desclassificação ea empresa Recorrente. (...)"

Em resposta ao Recurso Administrativo, a Pregoeira emitiu Manifestação Técnica às fls. 1338/1340, opinando pela manutenção da desclassificação, considerando que a empresa possui penalidade aplicada pelo Município de Itaqui/RS, o que infringe o disposto no item 8.2.1 do edital, que veda a participação de empresas que "estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta por qualquer órgão da Administração motivada pelas hipóteses previstas no artigo 88 da Lei nº 8.666/93".
Veja –se:

(...) Em uma visão ampla, a inabilitação da empresa se deu por não cumprimento de cláusula editalícia e em face das razões apresentadas em matéria de Recurso pela empresa DIPAR FERRAGENS EIRELI, verifica-se que a desclassificação ocorreu de forma acertada, uma vez que a empresa possui penalidade aplicada em vigência por órgão da Administração Pública, conforme documento acostado às fls. 994/995, devendo assim, em nossa análise ser mantida sua inabilitação (...)"

Por fim, o processo nº 007.481/2022 foi encaminhado à Procuradoria Geral do Município para emissão de Parecer Jurídico, pois, conforme entendimento da Pregoeira, possível equívoco quanto a análise da desclassificação pode ser sanada sem a intervenção do Judiciário ou Ministério Público, sendo necessário análise jurídica do alcance dos efeitos jurídicos da penalidade aplicada bem como a legalidade da cláusula 8.2.1 constante em edital.

// – MANIFESTAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL MUNICÍPIO (PARECER Nº 1265/2022)

Conforme registrado anteriormente o processo nº 007.481/2022 referente ao Pregão Eletrônico nº 040/2022 foi encaminhado para a Procuradoria Geral para análise jurídica quanto a possível excesso de rigor por parte da Pregoeira em desclassificar a Recorrente com base em penalidade aplicada por qualquer órgão da Administração.

Diante dos questionamentos levantados pela empresa Recorrente e pela própria



13546

Pregoeira em Manifestação Técnica de fls. 1338/1340, foi emitido parecer jurídico nº 1265/2022, opinando pela REVISÃO DO ATO DE DESCLASSIFICAÇÃO, que desclassificou a empresa do certame nos Lotes 06 e 07 inerentes o objeto do Pregão eletrônico nº 040/2022, ancorado no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/1993, e ainda na jurisprudência dos Tribunais.

O parecer jurídico é suficientemente claro ao considerar que a punição decorrente do art. 7º da Lei nº 10.520/02 produz seus efeitos somente em relação ao ente sancionador, não se estendendo a toda administração, sendo esse entendimento pacificado no âmbito do Tribunal de Contas da União, conforme jurisprudência citada na oportunidade.

No mesmo sentido, o art. 7º da Lei nº 10.520/02 é categórico ao usar a conjunção alternativa "ou", indicando que a sanção aplicada por qualquer ente federativo não se estenderá aos demais órgãos da Administração.

III - DA ANÁLISE

Preliminarmente, cumpre ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que dispõe:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (BRASIL, 1993, destaquei).

Imperioso destacar que tal disposição é corroborada pelo disposto no art. 2º, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, *in verbis*:

Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.

§ 1º O princípio do desenvolvimento sustentável será observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

§ 2º As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação. (BRASIL, 2019, destaquei).

Isto posto, passo à análise do mérito.

A



13521

No tocante à desclassificação da empresa **DIPAR FERRAGENS – EIRELI –ME**, por descumprimento de cláusula editalícia “item 8.2.1” em virtude de penalidade aplicada pelo Município de Itaquí-RS, temos que a interpretação da Pregoeira (Manifestação Técnica fls. 1338/1340) quanto ao alcance dos efeitos jurídicos da penalidade aplicada, se deu de forma equivocada e como rigor excessivo, não obstante, o parecer jurídico nº 1265/2022 definir que a sanção aplicada por qualquer ente federativo não se estenderá aos demais órgãos da Administração, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/02.

IV - DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto, analisando cada ponto do recurso e das contrarrazões, em confronto com a legislação aplicável e com os entendimentos jurisprudenciais correlatos, evidenciados através do parecer jurídico nº 1265/2022, concluo que as razões recursais submetidas à apreciação da Pregoeira são insuficientes para conduzir a **REVISÃO DO ATO DE DESCLASSIFICAÇÃO** mantido em Manifestação Técnica de fls. 1338/1340, por rigor excessivo da Pregoeira quanto ao alcance dos efeitos jurídicos da penalidade que limita-se ao órgão Administrativo sancionador da medida.

V - DA DECISÃO

Isto posto, sem mais nada a considerar, respeitados os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, **CONHEÇO** do **RECURSO** apresentado pela empresa **DIPAR FERRAGENS – EIRELI –ME** para **NO MÉRITO, DAR-LHE PROVIMENTO**. Assim determino que Pregoeira proceda com a **REVISÃO DO ATO DE DESCLASSIFICAÇÃO** da Recorrente, considerando como válida sua habilitação no processo licitatório, sagrando-se vencedora nos lotes 06 e 07 do Pregão Eletrônico nº 040/202.

São Mateus, 15 de setembro do ano de 2022.

ALBINO ENEZIO DOS SANTOS
Secretário Municipal de Obras, Infraestrutura e Transporte
Decreto nº 13.412/2021



DIPAR FERRAGENS LTDA